

## **O COMÉRCIO DOS PORTUGUESES E O ANTILUSITANISMO NA PROVÍNCIA DO PARÁ**

MÁBIA ALINE FREITAS SALES\*

No contexto da Cabanagem, muitas eram as vozes que se contrapunham aos revoltosos cabanos, interpretados como infringidores da ordem provincial. Entre os descontentes, os negociantes portugueses, que já haviam feito história desde a criação do Estado do Maranhão e Grão Pará, reclamavam a anulação de seus esforços construídos às custas de muito labor. No entanto, tão grande empenho a vida comercial, geralmente iniciado ainda na infância, ora se desconstruía por tamanha selvageria. Em documento do consulado português destinado a D. Maria II, os comerciantes portugueses descreviam para a Rainha de Portugal a situação a qual padeciam e solicitavam encaminhamentos a serem tomados com certa urgência.

Os negociantes portugueses, estabelecidos na Província do Gram Pará, e que se virão obrigados a emigrar em razão dos sucessos em razão dos sucessos revoltosos e anarquistas, q. [que] se apossaram daquela infeliz cidade, e parte da Província em Agosto do ano passado, salvando apenas as suas vidas, e deixando tudo quanto possuem e tinham adquirido á custa de tantos trabalhos e fadigas: apresentam-se ante o trono de v Magestade, com aquelle respeito, e acatamento que he devido a pedir providências para vêr se podem ainda salvar parte da sua fortuna, ou para a transportarem a Portugal, ou para se estabelecerem de novo, aonde melhor lhe convier, na vida comercial a que se derão desde a primeira infância.<sup>1</sup>

Os comerciantes também ressaltavam que os bens e fortunas dos portugueses não estavam só na cidade de Belém, mas também estavam espalhados pelo interior, algumas ainda não penetradas pelos inimigos. Naqueles rincões, havia “portugueses suspirando talvez pelo momento, e ocasião de salvar suas fortunas” e, para isso, imploravam pelo auxílio das autoridades competentes. Faziam menção ao fato de franceses e ingleses já terem enviado embarcações de guerra para protegerem o pouco comércio que os súditos daquelas nações tem na Província. E, nesse sentido, sendo os portugueses responsáveis por um maior comércio espalhados por toda a Província, na cidade e no interior - o que lhes conferia grandes riquezas

---

\* Aluna de doutorado do Programa de Pós Graduação em História Social pela Universidade Federal Fluminense e professora substituta do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará. Projeto de pesquisa financiado pela CAPES.

<sup>1</sup> Grêmio Literário Português. Consulado Português na Província do Pará, 1856.

em bens e gêneros -, deviam obter também ajuda de sua Majestade. Isso se justificava pela importância do comércio que estabeleciam com Portugal e diferentes pontos da Europa.

O auxílio deveria vir a partir da emissão de dois navios. Um para ficar “ancorado na Tutuoca junto aos mais navios de guerra” e outra embarcação de guerra mais ligeira para acompanhar os navios portugueses em sua entrada e saída. Dessa forma, ficaria resguardada a “honra e a dignidade da nação portuguesa com os interesses individuais dos seus subditos e Vossa Majestade será coberta de bênçãos por inumeráveis famílias” que se encontram na indigência.

O teor do documento descrito acima descreve um dilema bastante reiterado pela historiografia local que discute a cabanagem e seus impactos na política, sociedade e economia, e conseqüentemente no comércio da capital e do interior da província entre os idos de 1835 e 1840. Segundo essa mesma historiografia desde os tempos que antecederam a independência do Pará até o fim da cabanagem a Província passou por momentos conturbados que legaram conseqüências negativas para a década de 1840. Nesse contexto, a recuperação da Província apenas teria iniciado com a chegada dos anos de 1850 com o conseqüente apogeu de 1870, marcado pela expansão da borracha no comércio internacional.

Os negociantes que pedem subsídio da sua nação parecem estar diante de uma situação adversa, tendo em vista toda a conveniência relacionada a prática do comércio português antes da abertura dos portos. Depois de 1808, os portugueses ainda detiveram a supremacia do comércio, mesmo com o aumento da concorrência de ingleses, franceses e norte americanos. No entanto, depois do processo conturbado que levou a independência da Província em agosto de 1823, as relações entre portugueses e “paraenses” foram cada vez mais perturbadas, o que obviamente trouxe conseqüências para os portugueses comerciantes que aqui estabeleceram seus negócios. É sobre o comércio dos portugueses depois da abertura dos portos e nos momentos que antecederam a Cabanagem que este texto pretende tratar, pois acredita-se que o documento expressa certo ódio aos comerciantes portugueses ou um antilusitanismo que há anos foi tecendo conflitos, dos quais a Cabanagem se tornou seu maior ícone.

### **O comércio português no período joanino**

A abertura dos portos em 1808, indubitavelmente, trouxe algum impacto para o comércio português no Brasil e não foi diferente com o Grão Pará. Segundo Antonio Ladislau Monteiro Baena, a Carta Régia de 1808 possibilitou aos portugueses americanos e as outras nações a “comunicação mercantil”, o que para Baena se tornou a “fonte mais caudal de riqueza e prosperidade, constituindo fácil e pérvio o comércio do seu riquíssimo torrão a todos os povos civilizados” (BAENA, 1969:273). O que para Baena teria um efeito positivo, para os comerciantes portugueses era o fim do monopólio comercial assegurado pelo exclusivismo colonial. Para Magda Ricci, as “infaustas notícias recebidas da cidade do Porto e Lisboa” no período imediatamente anterior a abertura dos portos “parecia explicitar que tempos difíceis se aproximavam” (RICCI, 2003:167).

Para os comerciantes portugueses, as notícias difíceis estavam restritas a situação na qual Portugal se encontrava diante das possibilidades de invasão das tropas de Napoleão, mas principalmente aos prejuízos causados pelo temor de remeter suas mercadorias para Portugal por causa dos funestos acontecimentos. Dessa forma, “prejuízos comerciais, familiares, e pessoais: os portugueses de Belém estavam consternados com o cenário.” Era o interesse de mais de 150 negociantes que estava em jogo. Isso não era pouco tendo em vista que desde os tempos coloniais “havia um ir e vir de ideias, homens, mercadorias e tradições que interligavam a Amazônia a Portugal” (RICCI, 2003:166-168).

Mesmo que as narrativas do contexto da abertura dos portos não sejam das mais esperançosas, pesquisa sobre o movimento das embarcações no porto de Belém no período joanino demonstrou que pelo menos no período de maiores conflitos entre Portugal e França (1808-1815), em que houve uma série de invasões francesas a Portugal, não houve uma fragilização da presença portuguesa no porto da capital do Pará. Ainda que tenha aumentado a entrada de embarcações de outras nacionalidades, “entre 1808 e 1815, havia a hegemonia de naus portuguesas no cais amazônico” (VIEIRA JUNIOR; BARROSO, 2010:196). Somente depois de 1818 houve uma retração das visitas portuguesas e aumentaram as visitas de embarcações de outras nacionalidades. De modo geral, durante o período joanino, das 521 embarcações aportadas em Belém com suas nacionalidades explicitadas, 216 (41%) foram oriundas de Portugal, o que permite repensar sobre o real impacto da abertura dos portos para os comerciantes portugueses que tinham no porto de Belém uma das principais bases do seu comércio.

Os dados sobre a entrada dessas embarcações, portanto, permitem pensar que mesmo com o impacto da abertura dos portos, os comerciantes portugueses continuaram a predominar no comércio do Grão-Pará, uma vez que o movimento do porto dá o tom da entrada e saída de mercadorias da capital.

Outro fator que nos permite aferir a situação dos comerciantes portugueses na Província são os dados da exportação. O comércio que vinha crescente desde o final do século XVIII, continuou dando sinais de efervescência mesmo depois da abertura dos portos. Roberto Santos ao trabalhar com os valores das exportações de Belém para Lisboa, desde os meados do setecentos, mostra como se elevam os valores com exceção apenas dos quinquênios 1766-1770, 1771-1775 e 1786-1790, onde houve leve decréscimo (SANTOS, 1980:21). Baena, ao buscar defender a utilidade do comércio, que para ele era a “força e a riqueza” de um estado, demonstra que o comércio de exportação continuou ascendendo nos anos iniciais do oitocentos (BAENA, 2004:174).

Se considerarmos os dados de Roberto Santos para a primeira metade do oitocentos, nota-se uma pequena queda após a abertura dos portos com valores que se mantiveram estáveis até 1825, tendo sido o maior impacto sofrido em 1810. A partir daí, percebe-se um aumento em 1830, com uma pequena diminuição em 1835 e uma gradativa ascendência depois de 1838 (SANTOS, 1980:30). O próprio Roberto Santos, autor de um dos livros mais clássicos sobre a economia da Amazônia, constrói uma visão negativa sobre o período de 1800 a 1840, afirmando que “de 1805 a 1840, a tendência geral da economia foi declinante.” Considerando o objetivo da obra, qual seja o de traçar um quadro geral da economia entre 1800 a 1920, essa perspectiva é aceitável se comparada com o período áureo da exportação da goma elástica. Porém, um olhar mais pontual comparado a primeira metade do oitocentos ao período anterior, ver-se-á que a crise não causou tão grandes consequências negativas como se possa presumir.

É certo que não havia um clima de estabilidade. E “a população de Belém afetada por um estado de coisas, tenderia a responsabilizar os grupos do comércio exportador-importador, especialmente os portugueses, pelo desconforto da situação” (SANTOS, 1980:34). Entretanto, mesmo com esse clima desfavorável que levava a constantes desentendimentos, os comerciantes portugueses continuavam a manter soberania no comércio local e internacional. Um desses indícios foi a fundação da praça de comércio em 3 de abril de 1819. A praça de comércio do Pará foi a segunda mais antiga do Brasil, criada dois anos mais

tarde que a praça Comercial da Bahia (CRUZ, 1996). Segundo Geraldo Mártires Coelho, as condições históricas que ocasionaram o estabelecimento dessa praça de comércio podem ser encontradas na virada do século XVIII para o XIX.

Esse período foi marcado por uma visível euforia econômica, mormente devido à elasticidade das ofertas de produtos do extrativismo vegetal paraense para os tradicionais mercados de Portugal. Mesmo com flutuações, já perceptíveis nas décadas iniciais do Oitocentos, esse quadro assim se manteve, sempre representado pela balança comercial favorável ao Pará em relação às importações de Portugal, fato que se observaria, por exemplo, mesmo em 1822, ano da proclamação da Independência do Brasil, com desdobramento para os episódios futuros da adesão do Pará ao Império do Brasil (MONTEIRO; PENNA; CARNEIRO, 2010:27).

A fundação da praça de comércio, enquanto uma importante força de organização dos negócios na província, no então governo do Conde de Vila-Flor, como bem ressalta Coelho, “não deixava de refletir as demandas da vida comercial do Grão-Pará.” Embora considerando que os anos que se seguem à criação da praça seriam desagradáveis para o comércio em função de todos os conflitos causados pela Revolução do Porto, não se pode deixar de mencionar que foi uma relevante iniciativa que dava conta de traduzir a força do comércio no Pará, com predominância dos negociantes portugueses.

Os fatores já mencionados, isto é, a predominância das naus portuguesas, o pouco decréscimo das exportações logo após a abertura dos portos e a fundação da praça de comércio no momento que antecedeu ao vintismo no Pará, anunciam que o comércio dos portugueses sofreu uma retração. Contudo, é importante enfatizar que mesmo nesse momento de instabilidade esses fatores não conseguiram minimizar o papel dos comerciantes lusos.

### **Entre a Revolução do Porto e a Cabanagem: instabilidade e antilusitanismo ascendente**

A eclosão da Revolução do Porto em 1820 agitou ainda mais os ânimos na Província do Pará. Se a abertura dos portos e a tomada de Caiena levou a certa instabilidade dos negócios dos agentes mercantis, as implicações da Revolução do Porto inauguraram uma nova fase de tensão que culminaria com a cabanagem em 1835.

Qualquer discussão que trate dos comerciantes antes do processo que levou à independência do Pará tem que levar em conta a posição do norte do Brasil no contexto da ordem colonial. Tal aspecto aponta para o “isolamento da região em relação ao restante do território brasileiro”, pois “a dificuldade e a irregularidade das comunicações entre o norte e o

sul do Brasil, ao contrário do que se dava relativamente com a Europa, acentuava o histórico direcionamento dos interesses regionais para Portugal” (COELHO, 1989:27). Essa estreita relação entre o norte e a metrópole fez com que, na prática, o constitucionalismo não gerasse mudanças estruturais mais significativas. Embora representativas, os ventos do movimento da regeneração portuguesa não chegaram a construir o perfil que fizesse nascer outra realidade, “sendo muitas vezes asfixiadas pelo peso dos interesses dos grandes comerciantes voltados para Lisboa ou reprimidas pelo poder militar colonial” (COELHO, 1989:29).

No contexto da Revolução do Porto havia uma nítida tensão entre uma força ligada ao passado colonial e, por outro lado, as novas forças oriundas de uma nítida proposta de reformulação defendida pelo vintismo. Esse quadro se torna mais claro quando se observa as disputas que se travaram com a instalação do jornal *O paraense* no Pará entre 1821 e 1822 (COELHO, 1989; 1993). De um lado tem-se a formação de uma nova linguagem a partir da literatura vintista, liderada por Filipe Patroni, do outro lado, as forças oficiais militares apegadas a manutenção da ordem relacionada a continuidade do antigo sistema colonial representadas pelo brigadeiro José Maria de Moura. Este via na sua atuação uma possibilidade de manter o Pará alheio ao sistema do Rio de Janeiro.

É importante ressaltar que a ordem vintista no norte do Brasil trouxe como resultados a deposição do último capitão general que governou entre 1817 e 1820, o Conde de Vila-Flor. Em seguida, formou-se um governo provisório. O vintismo também legou como consequência o decreto de 29 de setembro de 1821 que trouxe em seu bojo o propósito de diminuir o alcance do poder de D. Pedro I no Brasil por meio da criação de juntas provisórias subordinadas a Lisboa. No Pará o objetivo foi alcançado, pois a junta era presidida por um português. O mesmo decreto impôs a subordinação dos governadores das armas a Lisboa. Isso gerou duas representações de autoridade, uma civil e outra militar.

As duas esferas de poder munidas de autoridade pelo decreto de 1821 acarretou sérios confrontos na Província do Pará. O saldo desses conflitos foram processos judiciais, desafetos, denúncias, insinuações e constante jogo de interesses que demarcavam a posição dos sujeitos sociais envolvidos, que faziam interpretações do constitucionalismo português de acordo com os interesses em jogo. Na disputa que esses grupos traçaram em torno da circulação do jornal *O Paraense*, à primeira vista o brigadeiro José Maria de Moura saiu vitorioso, pois o periódico deixou de circular em fevereiro de 1823, seguida da prisão de um dos seus principais defensores, o Cônego Batista Campos. Porém, a força política do grupo

aparentemente derrotado com o empastelamento do jornal e a prisão de Batista Campos, ficou evidente com o processo eleitoral em que os eleitos eram brasileiros. A reação do grupo das armas foi a dissolução da câmara recém eleita e a reintegração da antiga, que assegurava, de fato, a subordinação do Pará a Portugal.

Essa situação de tensão ainda foi agravada pelo fato de que “um almirante estrangeiro pago pelo imperador português (d. Pedro I) enviara outro estrangeiro, lord Grenfell, para destituir a junta portuguesa no Pará” (RICCI, 2009a). Em seguida do afastamento da junta, a facção liderada por Batista Campos exigia que os admiradores da causa nacional tivessem maior participação no novo governo, o que na realidade não se efetivou, haja vista que quem ganhou o espaço político foram os adeptos de D. Pedro I. Na nova junta formada, a maioria dos votos permaneceram nas mãos dos portugueses que dominavam o comércio transatlântico (RICCI, 2008:203). E como se não bastasse, Grenfell foi responsável pelo massacre do brigue palhaço, isto é, a morte de 252 homens relacionados a defesa da causa brasileira.

Àquela altura, o destino do Grão-Pará parecia está definido, “muitos comerciantes estavam desiludidos com os rumos da política na velha metrópole e se inclinavam a apoiar o novo monarca entronado no Rio de Janeiro.” Nesse sentido “a elite pôs-se de acordo, em agosto de 1823” (RICCI, 2009b). Mas não era o fim e nem mesmo o início de uma nova fase como se poderia pensar, pois o episódio do brigue palhaço deixaria marcas que faria nascer levantes por longos anos no antigo Grão-Pará.

Nas ruas de Belém, aumentavam as pinimbas entre os brasileiros nascidos na terra e aqueles tidos como ‘adotivos’ – os portugueses ‘enraizados’ no Pará. O conflito chegou às forças de segurança locais: insatisfeitos com o pagamento irregular, as tropas ‘nacionais’, ou melhor, paraenses iniciaram um movimento para exigir um tratamento diferenciado em relação aos soldados que vinham das antigas tropas portuguesas. No dia 15 de outubro, as tropas se dirigiram ao largo do Palácio. Depois de tentarem arrombar o trem de guerra (depósito de munição), cercaram a junta do governo do Pará. Sua revolta ia além da questão do soldo: era contra todos os portugueses, e mesmo contra todos os estrangeiros. Passaram a noite entre reivindicações e acuadas promessas dos governantes. No dia seguinte, os rebeldes saquearam várias lojas e tentaram entrar a machado nas casas de negociantes portugueses e ingleses (RICCI, 2009b:1).

Com o apoio dado por Grenfell ao governo, foram presos e mortos 5 soldados das tropas “rebeldes”. Além disso, quase foi levado a morte o Cônego Batista Campos, tendo sido poupado para evitar possíveis insurreições. Contudo, a punição ao que o governo considerou

insubordinação não parou por aí. Logo após inúmeras prisões, 256 soldados foram levados para os porões do brigue palhaço, onde foram mortos sufocados com cal. Além do tom de truculência que marcou o acontecimento, observa-se o clima de aversão em torno dos comerciantes portugueses que se exacerbou no pós independência.

Adeptos a causa portuguesa ou a brasileira, os negociantes portugueses se tornariam um dos principais alvos das camadas insatisfeitas com a situação política, econômica e social da Província. Ricci frisa que “alguns acontecimentos agravaram a fobia local por estrangeiros e por portugueses, e em especial no Pará” (RICCI, 2009a:199). Os anos que sucederam a forçada proclamação da independência em agosto de 1823, foram conturbados. Para Ernesto Cruz, “a divergência entre portugueses e brasileiros, que viera desde as lutas armadas pela emancipação política do Pará do jugo lusitano, mas se acentuou depois de proclamada a separação” (CRUZ, 1973:541).

Segundo ele, com a abdicação de D. Pedro I, as lutas foram prolongadas, e em consequência de 11 de julho de 1831 fundou-se a Sociedade Patriótica, Instrutiva e Filantrópica, conhecida como *Filantrópicos*, isto é, o partido dos brasileiros. Seus líderes, em grande parte tinham uma história de oposição ao mandonismo português, era o caso de Batista Campos que tantas vezes já tinha sobrevivido as forças legalistas. De outro lado, os portugueses se organizaram em torno do partido *Caramuru* representado por homens que tinham influência na Província: proprietários de terras, negociantes, militares, magistrados, constituindo “o escol social da terra” (CRUZ, 1973:542). Os primeiros eram vistos como patriotas, liberais, exaltados, anarquistas, desorganizadores, os segundos como desordeiros, constitucionais, moderados, lusitanos, absolutistas, restauradores e chumbeiros. Estes últimos, em pleno início da década de 1830 ainda significavam uma ameaça para os ideais mais patrióticos.

Importa destacar que mesmo depois da independência os portugueses, e especificamente os comerciantes ainda causavam disputas e temores entre grupos políticos e, por vezes, se opunham aos interesses da maioria da população composta de indígenas, negros e mestiços que construíram uma identidade local que nem sempre se coadunou com o que se processava na capital do Império. Um dos pontos que ajudou a conformar essa identidade local foi “o ódio em comum ao tradicional mandonismo branco e português” (RICCI, 2009a:191), associado ao passado colonial.

Esse ódio encontra sua maior representatividade no movimento de 7 de janeiro de 1835. A palavra de ordem era: “Morte aos portugueses e aos maçons”. Repetira-se o grito proferido no contexto de lutas de 1823: “Morte aos europeus!” Alguns dos alvos mais visados eram os brancos, sobretudo os portugueses ou “bicudos”. Na primeira invasão feita a cidade, os cabanos mataram senhores de escravos identificados como ricos comerciantes portugueses que monopolizavam o comércio local. Na segunda incursão foi morta Mariana Almeida, viúva de um negociante português. A cabanagem, além de ser um movimento amplo que lutava contra o Império, uma vez que este não atendia aos anseios da população, também se opunha veementemente ao que chamavam de “usurpadores portugueses de Belém” (RICCI, 2009a:202-203).

Nesse contexto, o antilusitanismo chegou ao seu auge com uma clara aversão aos portugueses e tudo que o que eles representavam, passado e presente se entrecruzavam em uma onda de insurreições que tomaram conta da capital e do interior. E nesse meio caótico, os negociantes sofreram algumas consequências, tais quais as descritas no início desse artigo. Apesar disso, o comércio dos portugueses não cessou completamente. Mas esse é um tema que será discutido a posteriori.

### **Referências**

BAENA, Antônio Ladislau Monteiro. **Ensaio corográfico sobre a província do Pará**. Brasília: Senado Federal, 2004.

BAENA, Antônio Ladislau Monteiro. **Compêndio das Eras da Província do Pará**. 2ª ed. Belém: UFPA, 1969.

COELHO, Geraldo Mártires. **Letras e Baionetas: novos documentos para a história da imprensa no Pará**. Belém: Cejup, 1989.

\_\_\_\_\_. **Anarquistas, demagogos e dissidentes: a imprensa liberal no Pará de 1822**. Belém: Cejup, 1993.

CRUZ, Ernesto. **História do Pará**. 2. ed. Belém: Editora Universitária UFPA, 1973.

\_\_\_\_\_. **História da Associação Comercial do Pará**. 2ª Ed. Belém: Editora Universitária. UFPA, 1996.

MONTEIRO, Luiz Augusto Lima; PENNA, Mahyra Matos; CARNEIRO, Orlando. **Junta Comercial do Pará fazendo história**. Belém: Valente gráfica e editora, 2010.

RICCI, Magda. “O Fim do Grão-Pará e o Nascimento do Brasil: Movimentos sociais, Levantes e Deserções no Alvorecer do Novo Império (1808-1840)”. In: PRIORE, Mary Del; GOMES, Flávio dos Santos (orgs). **Os Senhores dos Rios**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.

\_\_\_\_\_. Entre portos, comércio, e troca culturais: os portugueses e as lutas sociais na Amazônia – 1808-1835. In: MATOS, Maria Izilda; SOUZA, Fernando de; HECKER, Alexandre. **Deslocamentos e Histórias**. São Paulo: Edusc, 2008, p. 191-194.

\_\_\_\_\_. Cabanos, patriotismo e identidades: outras histórias de uma revolução. In: SALLES, Ricardo; GRINBERG, Keila (org.). **O Brasil imperial (1831-1870)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009(a).

\_\_\_\_\_. Dias trágicos. In: **Revista de História**, s/n., set. 2009(b).

SANTOS, Roberto. **História econômica da Amazônia (1800-1920)**. São Paulo: T. A. Queiroz, 1980.

VIEIRA JUNIOR, Antonio Otaviano; BARROSO, Daniel Souza. História de “movimentos”: embarcações e população portuguesas na Amazônia Joanina. **R. Bras. Est. Pop.** v. 27, n. 1, jan./jun., 2010.